



**The Culture Sector  
World Heritage Centre**

United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Organisation  
des Nations Unies  
pour l'éducation,  
la science et la culture

Organización  
de las Naciones Unidas  
para la Educación,  
la Ciencia y la Cultura

Организация  
Объединенных Наций по  
вопросам образования,  
науки и культуры

منظمة الأمم المتحدة  
للتربية والعلم والثقافة

联合国教育、  
科学及文化组织

IPHAN/PROT.C.SEDE  
01450.011857/2013-42

08/11/2013



840324

Ms Jurema de Souza Machado  
President  
Instituto do Patrimônio Histórico e  
Artístico Nacional (IPHAN)  
Brazil  
R. Januária, 130 - Floresta, Belo  
Horizonte - MG, 30110-055  
Brazil

Ref. CLT/WHC/74/CM/VG/1421

21 October 2013

Dear Madam,

The World Heritage Centre has received information from ICOMOS Brazil and various other sources concerning possible modifications to the *Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB)* and the *Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)*, part of the *Plan Piloto* of **Brasilia**, property inscribed on the World Heritage List in 1987 under criteria (i) and (iv), which are currently being discussed at public hearings.

In conformity with Decision 37COM 7B.93 and recalling Decision 36COM 7B.97, the State Party was urged, among others, to finalize the review of the Preservation Plan of the Brasilia Urban Area (PPCUB) and ensure that adequate provisions are included to conserve and protect the attributes of the World Heritage property, and ensure that adequate regulations exist for the use of open spaces defined by the *Plano Piloto* in the review of the PPCUB. According to the information received, the proposed modifications and their potential implementation would possibly impact the Outstanding Universal Value of the property.

In accordance with Paragraphs 172 and 174 of the *Operational Guidelines* we would be most grateful to receive official information on the aforementioned modifications by 31<sup>st</sup> October 2013.

May I take this opportunity to thank you for your co-operation and for your support in the implementation of the *World Heritage Convention*.

Please accept, dear Madam, the assurances of my highest consideration.

Kishore Rao  
Director

cc. Permanent Delegation of Brazil to UNESCO  
ICOMOS International  
UNESCO Office in Brasilia



## **MANIFESTO À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PPCUB 17 de outubro de 2013**

O PPCUB está em vias de ser transformado em lei sem que a população conheça seu conteúdo e seja suficientemente informada sobre seus efeitos.

Na verdade, o atual projeto do PPCUB trata menos da preservação das características que elevaram o Plano Piloto ao patamar de Patrimônio Cultural da Humanidade do que de criar mais facilidades para a produção imobiliária na região mais cobiçada pela indústria da construção civil no território do Distrito Federal.

As normas relativas à preservação foram isoladas em inócuas declarações de princípios, sem nenhuma efetividade legal, deixando-se os artigos mais eficazes para a promoção das alterações de interesse de segmentos econômicos.

Essa deformação não apenas se afasta da idéia essencial de atender às demandas sociais e culturais da atualidade sem prejuízo da concepção urbanística original, como também acentua os problemas que a concentração de atividades na área tombada provoca.

Ao estimular adensamentos e até promover loteamentos em áreas livres do Plano Piloto, o PPCUB contribui para agravar a concentração excessiva da oferta de empregos e da circulação de veículos, pessoas e cargas na região central, em prejuízo dos demais núcleos urbanos do Distrito Federal.

Dentre outros graves problemas desse projeto de lei, podem ser destacados os seguintes:

1. Loteamento da porção oeste do Eixo Monumental permitindo usos questionáveis como, por exemplo, Centros de Treinamento;
2. Privatização por meio de concessão pública de lotes da unidade de vizinhança destinados a Escolas e equipamentos públicos dentro das Superquadras e nas Entrequadras;
3. Transformação de clubes em hotéis na orla do Lago Paranoá que darão lugar a condomínios residenciais fechados com o metro quadrado mais caro de Brasília;
4. Não há ações concretas para viabilizar e requalificar o acesso público à orla do Lago Paranoá;
5. Permite a alteração de grandes áreas de forma vaga sem estabelecer parâmetros o que resulta em um cheque em branco para a cidade ser planejada posteriormente por decretos;
6. Não atende às recomendações da UNESCO de criar uma gestão compartilhada, instância única de preservação em contato estrito com o IPHAN. Ao contrário cria

mais instâncias de conselhos e câmaras técnicas, complicando as decisões estratégicas;

7. Não estabelece parâmetros para a 901 norte, desconhecendo os pareceres do IPHAN que já se posicionaram quanto às normas ali condizentes;
8. O GDF ignora, desde início de 2012, a Recomendação 36 da Missão da UNESCO que solicitou a paralisação do PPCUB e sua revisão por comissão com presença da UnB, Iphan, IAB, Icomos e sociedade civil.

Por fim, e talvez o mais importante (porque dificulta a compreensão sobre as graves alterações propostas), o PPCUB **não apresenta nem ao menos uma tabela comparativa entre a situação atual e aquela que resultaria das alterações** de uso e de gabarito constantes do projeto de lei.

Por isso, as entidades e pessoas físicas abaixo assinadas reivindicam a paralisação na tramitação do presente Projeto de Lei Complementar que permita um debate sério e público esclarecendo os porquês e intenções acerca de tantas mudanças que ferem e ameaçam a preservação e a qualidade de vida de nossa cidade.

IAB-DF – Instituto de Arquitetos do Brasil departamento Distrito Federal

Sinarq-DF - Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal

IHG-DF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB

Universidade Católica de Brasília

CAU/DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CAFAU – Centro Acadêmico da FAU/UnB

Rodas da PAZ

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e sítios

Conselho Comunitário da Asa Sul

Movimento Urbanistas por Brasília

Profº Benny Schvarsberg – conselheiro do CONPLAN - representante da UnB

Arqº Paulo Henrique Paranhos - conselheiro do CONPLAN - representante do IAB-DF

E outros

## PLC 078/2013 – PPCUB

Vera Ramos  
Arquiteta e Urbanista  
Brasília, setembro de 2013

O novo PLC do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB apresenta uma organização mais coerente e expõe com clareza a concepção do plano urbanístico de Brasília, seus valores universais e as escalas urbanas - objeto da proteção. A preservação da cidade é tratada com base nas escalas tombadas, corrigindo a fragmentada abordagem anterior e, em decorrência disso, as Áreas de Preservação são reestruturadas.

Entretanto, permaneceram no texto propostas anteriores que podem acarretar significativas transformações nas características e funções das escalas urbanas de Brasília e na qualidade de vida de seus moradores e usuários.

Permaneceram as muitas expressões imprecisas que dificultam o entendimento e possibilitam interpretações subjetivas, bem como a falta de transparência quanto aos parâmetros urbanísticos alterados, problemas que seriam resolvidos com a inclusão de um Glossário com as devidas conceituações e de uma Tabela Comparativa entre os parâmetros vigentes e os propostos.

As Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP, Anexo VIII do PPCUB, continuam apresentando muitas incoerências, impropriedades e lacunas, conflitando, inclusive, com dispositivos do PLC. A minuta da nova Tabela de Classificação de Atividades, a ser aprovada por decreto, não acompanha o PLC, o que dificulta o entendimento dos usos e atividades propostos.

Dentre as propostas que precisariam ser avaliadas, destacam-se as que intensificam a ocupação do solo, por meio da alteração do conceito das áreas *non aedificandi*, da aplicação de instrumentos de política urbana, como ONALT e ODIR, e de alterações na legislação urbanística, como mudança de usos, aumentos de gabaritos e de potencial construtivo, criação de novos lotes e autorizações para futuros parcelamentos e desmembramentos.

É preciso ficar claro que atualizações nas normas de alguns setores do Conjunto Urbanístico de Brasília são necessárias e até urgentes, como, por exemplo, a

flexibilização de usos dos setores centrais, inseridos na Escala Gregária, do Setor de Indústrias Gráficas e do Setor de Garagens Oficiais.

Não é informado no PPCUB se as categorias de valor patrimonial estariam relacionadas a graus diferenciados de proteção, com o objetivo de orientar futuras intervenções na área tutelada. Na verdade, observa-se que há alterações em parâmetros urbanísticos nas diversas Áreas de Preservação, independentemente das categorias a que correspondem (categoria determinante, incorporada ou complementar).

Outro aspecto a ressaltar é a estrutura institucional proposta para o planejamento, gestão, preservação, controle e fiscalização do Conjunto Urbanístico de Brasília, pois a pulverização que existe atualmente está sendo incrementada no PPCUB. É previsto o acréscimo de um organismo intersetorial, uma Câmara Técnica Permanente de Preservação Patrimonial, instituída para vincular-se ao CONPLAN e, ainda, o Conselho da Unidade de Planejamento Territorial Central – CUP da UPT Central e os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, previstos no Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – SISPLAN.

Permanece, dentre outras, a intenção equivocada de utilizar a Quadra 901 do SGA Norte como uma extensão dos setores centrais e também a previsão para revisão do PPCUB a cada cinco anos, o que exporia o Conjunto Urbanístico de Brasília à situação de alta vulnerabilidade, considerando as fortes pressões econômicas e sociais que incidem sobre a área protegida.

Por fim, entende-se que um plano de preservação deveria estabelecer mecanismos para corrigir desvirtuamentos e resgatar conceitos e valores, podendo autorizar adequações na legislação de uso e ocupação do solo, quando estritamente necessárias.

Apesar das positivas alterações efetuadas, pode-se concluir que o novo PPCUB ainda não é um plano de preservação. Precisa ser bastante debatido e revisado, especialmente à luz da legislação de proteção, das determinações da Lei Orgânica do Distrito Federal e dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro junto à Convenção do Patrimônio Mundial para que, após aprovado, não venha a promover descaracterizações que comprometam o honroso título de Patrimônio Cultural da Humanidade e a qualidade de vida de seus cidadãos.



A- A+ TAMANHO DA LETRA ENVIAR IMPRIMIR CORRIGIR

(3) Comentários

Votação:

0

Compartilhe:



## Emendas podem atrapalhar votação do PPCUB na Câmara Legislativa do DF

Apesar de o governo ter pedido para os distritais não apresentarem emendas, alguns parlamentares não querem abrir mão da prerrogativa de alterar a proposta

Helena Mader

Publicação: 14/10/2013 06:01 Atualização: 14/10/2013 07:32



Projeto prevê regras para uso de área pública de lotes nas quadras 700 da Asa Sul: cercamento lateral proibido

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que começou a ser elaborado há quase três anos pelo Governo do Distrito Federal, terá as discussões finais esta semana. Nos dias 17 e 18, representantes da sociedade, do GDF e parlamentares vão debater os pontos polêmicos do projeto de lei em audiências públicas. A expectativa é de que a proposta seja votada no início de dezembro. Além das divergências em torno do PPCub, outro conflito deve marcar o debate do plano na Câmara Legislativa. O governo pediu aos deputados distritais que não apresentem emendas ao projeto de lei, para que não haja riscos de questionamentos jurídicos. Mas alguns parlamentares não querem abrir mão da prerrogativa de alterar a proposta.

Leia mais notícias em Cidades

O Tribunal de Justiça considerou inconstitucionais todas as emendas apresentadas por distritais ao Pdot,



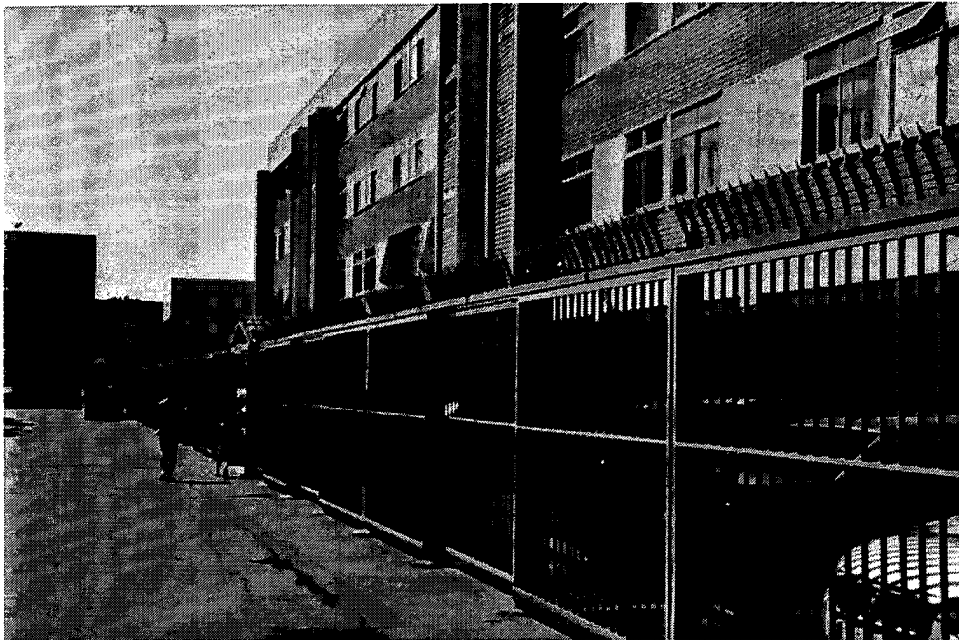


## Luos e PPCUB terão mais 20 audiências no legislativo até votação em plenário

Os projetos de lei complementar elaborados pelo governo e que tratam sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) foram encaminhados para tramitação na Câmara Legislativa.

Diane Lourenço - CorreioWeb

Publicação: 18/10/2013 08:00 Atualização: 18/10/2013 11:25



Entre as polêmicas estão as grades nos prédios do Cruzeiro, a construção da quadra 901 no Setor Hoteleiro, as pousadas na Asa Sul e outros

Após dois anos de debates na esfera do Poder Executivo, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) recebeu cerca de 400 pessoas na última audiência pública realizada pelo governo e que aconteceu no auditório da Câmara Legislativa, na quinta-feira (17/10). Os projetos de lei complementar nº 78 e 79, que tratam do PPCUB e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), respectivamente, voltaram a tramitar no Poder Legislativo, após o Executivo retirar as proposições da Câmara Legislativa.

A nova lei vai determinar o uso e a ocupação da área tombada de Brasília, bem como regras para as regiões do Plano Piloto, Candangolândia, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal. Entre os temas mais polêmicos estão as grades nos prédios do Cruzeiro, a construção de mais uma quadra no Setor Hoteleiro próximo ao Eixo Monumental, as pousadas na Asa Sul, além de alteração na destinação de áreas.

Saiba mais...

[Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília entra em debate](#)

[Audiência convida sociedade brasiliense para debater preservação urbanística](#)

[Plano de preservação urbanística do DF entra em debate em outubro](#)

[Nova audiência pública vai debater o plano de preservação urbanística do DF](#)

[Conselho decide sobre envio do plano de preservação de Brasília ao legislativo](#)

[Polêmico projeto de novos hotéis adia votação de plano de preservação do DF](#)

[Justiça suspende apresentação de projeto de lei de Preservação Urbanística](#)

[MPDFT recomenda à Sedhab nova audiência do Plano de Preservação de Brasília](#)

[Secretário adjunto da Sedhab refirma compromisso do governo com a preservação de Brasília](#)

[Plano de Preservação estabelece novas regras de ocupação do espaço urbano](#)

A partir desta quinta-feira (17/10), um extenso cronograma de debates sobre as proposições foi marcado. Ao todo serão 20 audiências públicas. A primeira acontece no Auditório da Administração Regional do Lago Sul, cerca de 12h depois do início dos últimos debates organizados pelo Executivo. Para os debates que envolvem o PPCUB o Legislativo vai promover três discussões durante o mês de novembro deste ano. Já as discussões da Luos acontecem ao longo dos meses de outubro e novembro, totalizando 17 audiências realizadas em diversas regiões do DF.

Para o sociólogo e mestrando em arquitetura e urbanismo pela UnB, Lucas Brasil, 25 anos, o processo de debates promovidos pelo governo em volta do PPCUB ao longo dos últimos dois anos é duvidoso. “O projeto não é claro e possuiu informações vagas, prolixas e de dúvida interpretação. Concordo que é preciso existir uma proposição sobre esse assunto no DF, mas como plano de preservação, o PPCUB não preserva nada. Essa afirmação que faço está baseada em estudos e levantamentos técnicos realizados por várias organizações da área”.

O sociólogo faz referencia ao “Manifesto à audiência pública do PPCUB”, que foi lido durante o

evento e publicado na web. Assinam o texto, entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil departamento Distrito Federal (IAB-DF), Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal (Sinarq-DF), Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Brasília (CAU/UCB), Centro Acadêmico da FAU/UnB (CAFAU), Associação Civil Rodas da PAZ, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), entre outras entidades e especialistas da área.

O Secretário de Habitação Geraldo Magela disse que o Projeto de Lei que trata do PPCUB foi o mais debatido com a sociedade em todo a história do Distrito Federal. “Nós fizemos mais de 100 reuniões públicas. Fizemos reunião com arquitetos, com universidades, com empresários. Agora, há realmente muitas polêmicas, algumas por interesse, outras por desinformação. Nós vamos prosseguir fazendo debates até a aprovação final dessa lei”.

A preocupação é garantir a aprovação dos projetos até o final de 2013 e ter cautela com as emendas, destacou o presidente da Câmara Legislativa, deputado Wasny de Roure. Segundo ele a pauta da casa deverá dar prioridade ao PPCUB nos últimos meses do ano. “Então, a liberdade para mudança é muito pequena. Nós (deputados) temos que ter clareza nisso para não criar procedimentos que depois poderão ser inqueridos pelo MP e ir ao Tribunal de Justiça. Temos que evitar esse problema. Ou seja, todo cuidado é pouco ao apresentar emendas”.

#### **Audiências para debater a Luos (PLC nº 79/2013)**

17/10 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Lago Sul

19/10 (sábado), às 14h, na Faculdade da Terra (regiões: Recanto das Emas e Riacho Fundo II)

22/10 (terça-feira) às 19h, no auditório da Administração Regional do Riacho Fundo

24/10 (quinta-feira), às 19h, na Administração Regional de Brazlândia

26/10 (sábado), às 10h, no auditório da Administração Regional de São Sebastião (regiões: São Sebastião e Jardim Botânico)

29/10 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Taguatinga (regiões: Taguatinga e Vicente Pires)

31/10 (quinta-feira), às 19h, na Quadra Esportiva do Paranoá (regiões: Paranoá e Itapoã)

5/11 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Lago Norte (região: Lago Norte e Varjão)

7/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da CLDF (regiões: SIA e SCIA)

9/11 (sábado), às 10h, na Administração Regional de Samambaia

12/11 (terça-feira), às 19h, na Vila Olímpica de Sobradinho (regiões: Sobradinho, Sobradinho II e Fercal)

14/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Águas Claras

19/11 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Gama (regiões: Gama e Santa Maria)

21/11 (quinta-feira), às 19h, no Ginásio de Esportes do Núcleo Bandeirante (regiões: Park Way e Núcleo Bandeirante)

23/11 (sábado), às 10h, no auditório da Administração Regional do Guará

» Brasília &amp; Cidades

ALTERAÇÕES

## GDF apresenta mudanças do PPCUB em audiência na Câmara Legislativa

*Sedhab ouviu reivindicações dos participantes e discutiu projeto de lei*

17/10/2013 14h44

O GDF apresentou hoje, durante audiência pública na Câmara Legislativa, as mudanças feitas no Projeto de Lei Complementar que trata do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

A discussão foi convocada pela Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab), que mostrou as pequenas alterações que ocorreram no projeto depois que ele foi retirado da CLDF, em fevereiro, e ouviu as reivindicações dos representantes de entidades e pessoas físicas.

"Quando remetemos o projeto à Câmara, houve um entendimento com os presidentes de comissão de que se fará um esforço de votação até 30 de novembro, já que no dia 7 de dezembro comemora-se o aniversário de tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade", disse o secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Geraldo Magela.

A secretaria entende que não há grandes alterações de mérito no projeto e, sim, na forma de apresentação, para garantir maior clareza. "Percebemos que o projeto não estava claro para qualquer leitor", explicou o subsecretário de Planejamento Urbano da Sedhab, Rômulo Andrade.

**PROPOSTAS** - O secretário ressaltou alguns pontos presentes no projeto, como a autorização do uso misto das quadras 900, a determinação de que as pousadas da Asa Sul funcionem em áreas comerciais e a possibilidade de elevação do número de andares de pequenos hotéis.

Magela também comentou a possibilidade de usar uma área atrás dos anexos da parte norte da Esplanada dos Ministérios para uma terceira linha de órgãos públicos.

Com relação à polêmica em torno da destinação da quadra 901 Norte, Magela afirmou que a questão foi retirada do PPCUB. "Vamos abrir um debate com a sociedade. Em no máximo um ano, haverá outro projeto especial sobre o tema. A área não pode ser ocupada de qualquer forma, nem ficar vazia", disse.

O documento está disponível para consulta pública no site da Sedhab.

A CLDF já convocou mais três audiências para discutir o PPCUB. A expectativa do governo é de aprovar a lei até dezembro, quando o decreto de tombamento de Brasília completa 26 anos.

Agência Brasília

FMENON OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA



**FALOU EM EMPRÉSTIMO  
CONSIGNADO, PROCURE  
A CREDVIP**

**(61) 3209-9452 / 3209-9451**



IMPRESSO



[Clique aqui para ler a edição de hoje](#)

ENQUETE

Você acha que crianças podem praticar qualquer tipo de esporte?

- Sim
- Não

**Votar**

Todas as enquetes



Publicação: Quarta-feira, 16/10/2013 às 17:00:00

Tamanho da letra:

A +

A -

## CLDF inicia ciclo de audiências sobre LUOS e PPCUB nesta quinta-feira (17)

Compartilhar:



A Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) da Câmara Legislativa inicia ciclo de audiências públicas em várias cidades do Distrito Federal para debater a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). O objetivo é ouvir a população e coletar sugestões para os projetos. A primeira audiência acontece nesta quinta-feira (17), às 19h, no Auditório da Administração Regional do Lago Sul e vai tratar de tópicos da Luos, referentes a essa região. Já as audiências sobre o PPCUB começam dia 6 de novembro. Confira o cronograma e os locais dos debates abaixo.

Os projetos envolvem questões polêmicas, como as diretrizes para o uso e a ocupação do plano urbanístico de Brasília – cuja área tombada compreende o Plano Piloto, a Candangolândia, o Cruzeiro e o Sudoeste/Áreas Octogonais –, as grades de segurança nos prédios do Cruzeiro Novo, e locais para instalação de novas cidades e Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs).

De autoria do Executivo, as propostas devem ser votadas até o final deste ano pelo plenário da Casa. E, para acelerar a tramitação, as audiências serão realizadas em conjunto com as comissões de Constituição e Justiça (CCJ); Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), e Meio Ambiente.

### Cronograma de audiências para debate da Luos (PLC nº 79/2013)

- 17/10 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Lago Sul
- 19/10 (sábado), às 14h, no auditório da Administração Regional do Recanto das Emas (regiões: Recanto das Emas e Riacho Fundo II)
- 22/10 (terça-feira) às 19h, no auditório da Administração Regional do Riacho Fundo
- 24/10 (quinta-feira), às 19h, na Administração Regional de Brazlândia
- 26/10 (sábado), às 10h, no auditório da Administração Regional de São Sebastião (regiões: São Sebastião e Jardim Botânico)
- 29/10 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Taguatinga (regiões: Taguatinga e Vicente Pires)
- 31/10 (quinta-feira), às 19h, na Quadra Esportiva do Paranoá (regiões: Paranoá e Itapoá)
- 5/11 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Lago Norte (regiões: Lago Norte e Varjão)
- 7/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da CLDF (regiões: SIA e SCIA)
- 9/11 (sábado), às 10h, na Administração Regional de Samambaia
- 12/11 (terça-feira), às 19h, na Vila Olímpica de Sobradinho (regiões: Sobradinho, Sobradinho II e Fercal)
- 14/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Águas Claras
- 19/11 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional do Gama (regiões: Gama e Santa Maria)
- 21/11 (quinta-feira), às 19h, no Ginásio de Esportes do Núcleo Bandeirante (regiões: Park Way e Núcleo Bandeirante)
- 23/11 (sábado), às 10h, no auditório da Administração Regional do Guará
- 26/11 (terça-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Planaltina (regiões: Planaltina e Arapoanga)
- 28/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Administração Regional de Ceilândia

### Cronograma de audiências para debate do PPCUB (PLC nº 78/2013)

- 6/11 (quarta-feira), às 19h, no auditório da Câmara Legislativa
- 14/11 (quinta-feira), às 19h, no auditório da Câmara Legislativa
- 18/11 (segunda-feira), às 10h, no auditório da Câmara Legislativa

Fonte: CLDF



**Últimas notícias** | Mais lidas | Mais Comentadas

**07:20:00 - Cidades** | Críticas ao texto na CLDF

**07:01:00 - Cidades** | Dano que começou em hospital

**07:01:00 - Cidades** | Dano que começou em hospital

**06:01:00 - Cidades** | Suspeitos sequer foram ouvidos formalmente

**03:27:00 - Economia** | Fraqueza do dólar australiano seria útil p/ economia

**03:09:00 - Economia** | S&P mantém rating do Japão em AA-/A-1+

**00:29:00 - Brasil** | Justiça do Rio liberta 24 manifestantes

**23:55:00 - Política** | Em evento no Rio, Lula critica black blocs

PUBLICIDADE

Tags

Comentar  
a notícia

Imprimir

Enviar  
por email

Ver todas  
as notícias

PUBLICIDADE



Jornal de Brasília:




[Como Assinar](#) | [Edição Digital](#) | [Quem somos](#) | [Comercial](#) | [Pontos de Venda](#) | [Expediente](#) |

clicabrasilia.com.br © 2000 - 2013 Clicabrasilia Noticias Digitais Ltda - Todos os direitos reservados. **Anuncie aqui.**

Couldn't load plug-in.


4/10/2013

## Política

Imprimir  Enviar por email  Receber newsletter  RSS

### PPCUB e Luos

Redação Jornal da Comunidade

Tamanho da Fonte 

As discussões do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) já tem data para começar. Segundo o cronograma divulgado na última quinta-feira, 10, pela Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa, em 17 de outubro começa o período de audiências públicas. Ao todo, haverá 16 encontros para tratar sobre a Luos e três para falar sobre o PPCUB.

O auditório da Administração Regional do Lago Sul será o primeiro local a receber uma audiência. Numa primeira etapa, a Luos será o objeto de discussão. Os encontros para tratar do PPCUB se iniciam em 6 de novembro na Câmara Legislativa. Devido a urgência dos projetos, hoje considerados as principais pautas da CLDF e do GDF, as audiências serão realizadas em conjunto com as comissões que analisam os dois projetos.

Uma das comissões de mérito é a de Desenvolvimento, presidida pelo deputado Robério Negreiros (PMDB). Ele próprio, inclusive, avocou a relatoria dos dois projetos. Segundo o parlamentar, as análises serão respeitosamente feitas em conjunto. "Esse trabalho será feito em sintonia entre as duas comissões de mérito (CAF e a de Desenvolvimento) para buscar o desenvolvimento da cidade", ressaltou o deputado Robério. "São todas comissões de igual importância", definiu.

Esta sintonia citada por Negreiros também compartilhada pelo deputado Cristiano Araújo (PTB), presidente da CAF. Além disso, o petebista quer estender esta sinergia para a sociedade. "Estamos trabalhando em conjunto, com transparência, para que todos os interessados tenham condições de participar do debate", afirma Cristiano.

Os projetos envolvem temas polêmicos, como a manutenção do tombamento de Brasília como Patrimônio da Humanidade, as grades de segurança nos prédios do Cruzeiro Novo, e áreas para instalação de novas cidades e novas Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs). A legalidade do comércio também é um assunto de grande relevância que será tratado nas comissões. Para se ter uma ideia, segundo o deputado Robério, 88% do segmento não têm alvará. "Nós queremos resolver os problemas com a falta de uma legislação atualizada", pontuou.



Cristiano Araújo é presidente da CAF





Couldn't load plug-in.

ASSINE ASSINANTE ANUNCIE CADASTRE-SE CONTATO EXPEDIENTE

**CORREIO BRAZILIENSE**

CIDADES DF

Brasília, 18 de outubro de 2013

busca

CAPA BRASIL / ECONOMIA / POLITICA CIDADES-DF MUNDO DIVERSÃO E ARTE DIVIRTA-SE MAIS CIÊNCIA E SAÚDE TECNOLOGIA TURISMO REVISTA  
 CORREIO DIGITAL CONCURSOS ESPECIAIS SUPERESPORTES EU, ESTUDANTE VÍDEOS PODCASTS FOTOS BLOGS E COLUNAS CLASSIFICADOS

A- A+ TAMANHO DA LETRA ENVIAR IMPRIMIR CORRIGIR

(9) Comentários

Votação: ☆☆☆☆

Compartilhe:



## Após polêmica, governo reapresenta projeto sobre área tombada à CLDF

Para evitar embates com a sociedade civil e com o Ministério Público, a mudança das regras de ocupação da 901 Norte, defendida pelo governo, ficará de fora do projeto

Helena Mäder

Publicação: 26/09/2013 06:01 Atualização:

Seis meses depois de retirar o projeto do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília da Câmara Legislativa, o governador Agnelo Queiroz vai reenviar hoje a proposta de lei à Casa. Para evitar embates com a sociedade civil e com o Ministério Público, a mudança das regras de ocupação da 901 Norte, defendida pelo governo, ficará de fora do projeto. Mas o GDF não desistiu do empreendimento: as normas de uso da nova quadra serão incluídas em outra proposta de lei, que será mandada posteriormente à Câmara. Dessa forma, o governo espera aprovar o PPCUB, que é o plano diretor da área tombada da capital federal, até dezembro, quando Brasília completará 26 anos como Patrimônio da Humanidade. Com o plano de preservação, o GDF mandará para a Câmara o projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que vale para todo o Distrito Federal.

Ontem à tarde, o governador Agnelo Queiroz se reuniu com o secretário de Desenvolvimento Urbano, Geraldo Magela, e com deputados distritais para tratar sobre as duas propostas de lei — consideradas fundamentais para o Palácio do Buriti. Participaram do encontro o presidente da Câmara Legislativa, Wasny de Roure (PT), o titular da Comissão de Assuntos Fundiários, Cristiano Araújo (PTB), a líder do governo na Câmara, Ariete Sampaio (PT), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Chico Leite (PT). Wasny comprometeu-se a organizar um cronograma para a apreciação e votação do texto. O secretário de Governo, Gustavo Ponce de Leon, também acompanhou a reunião.

O GDF havia mandado o texto do PPCUB à Câmara em outubro do ano passado. Mas, por conta de divergências políticas, especialmente atritos com o deputado Cristiano Araújo, o governador retirou o texto. Nos últimos meses, entretanto, Agnelo conseguiu se reaproximar do presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e aliados do governador avaliaram que o momento político é propício para o debate sobre o tema.

